

O Euro visto de fora.

Helio Jaguaribe

A força monetária do Euro transformará a Eurolândia numa federação financeira que irá ganhar um estatuto político suficientemente poderoso para reforçar as tendências multilateralistas no mundo, como contraposição às aspirações unilateralistas dos EUA.

Como freqüentemente ocorre com as grandes instituições existentes no mundo, a União Européia tem um significado internacional não inferior ao interno. É por essa razão que a adoção do euro como moeda única de quase todos os membros da UE, a partir de 1º de Janeiro de 2002, se reveste de um duplo efeito, o doméstico e o internacional.

O efeito doméstico tem sido, principalmente na própria Europa, o mais discutido. Não pretende este breve artigo dar maior desenvolvimento a esse aspecto. Há um consenso básico, entre os analistas da matéria, no sentido de que o aprofundamento da integração européia e seus requisitos operacionais exigiam a adoção de uma moeda única. Ademais de servir de medida para a unificação de custos e preços e para igualizar as transações intra-européias às que se realizam no âmbito de um mesmo país da região, a moeda única impõe a todos os partícipes uma comum racionalidade macroeconômica, indispensável para o bom funcionamento da União.

O que importaria considerar neste artigo, ainda que muito brevemente, são os efeitos internacionais do euro. A adoção do euro, como referência contábil, já produziu, a partir de quando efetivada, o efeito, entre outros, de criar uma alternativa internacional ao dólar, sendo numerosos os papéis e as transações internacionais já denominadas em euro. Circunstâncias diversas, entretanto, entre as quais sobressai a relativa desvalorização do euro, em relação ao dólar, contribuíram para reduzir o espaço que até agora veio a ser ocupado por essa moeda, como denominador internacional de transações. Sua adoção como moeda corrente, a partir de 1º de Janeiro 2002, terá, inevitavelmente, um grande impacto internacional, tanto direta como indiretamente.

O impacto direto, segundo amplo consenso a esse respeito, decorrerá do fato de que quase todas as transações européias sendo denominada em euros, tal fato tenderá a elevar sua quotização internacional, eventualmente o conduzindo a igualar ou superar o valor do dólar.

O mais importante previsível impacto do euro, entretanto, será de ordem indireta. Decorrerá, domesticamente, da decisiva consolidação da integração européia, que se converterá em uma federação financeira e econômica, embora ainda não sob a forma de uma federação política. Este último aspecto, todavia, assume, com o euro, características de uma tendência inevitável, a relativamente curto prazo. A integração política da Europa do euro – com ou sem os membros da UE que a ele não aderiram – se torna inevitável porque a soma de poderes de que fica investido o Banco Central europeu e o complexo conjunto de interdependências econômico-financeiras gerado pela moeda comum exigirão a criação de uma instituição política reguladora. Poderá ser, como querem alguns, uma federação européia.

Poderá ter características de uma confederação forte, que preserve, entretanto, certa margem de autonomia política para os Estados membros. O que parece inevitável é a necessidade e relativa urgência da formação de uma instituição política reguladora do sistema decorrente da moeda comum. E foi precisamente por levar em conta essa decorrência que a Grã Bretanha, hostil à formação de um sistema político europeu, não quis aderir ao euro. Ver-se-á, agora, se Tony Blair, mais europeísta que seus predecessores, logra convencer o público britânico a ingressar na área do euro, com suas mencionadas decorrências.

As repercussões indiretas do euro, no plano internacional, não serão menos significativas que as domésticas. As implicações políticas da moeda comum, precedentemente mencionadas, são claramente percebidas pela comunidade internacional. Isto significa que a Europa do euro – que eventualmente incorporará os demais membros da UE – se tornará um importante protagonista internacional, ademais de um importante sistema econômico.

São múltiplas as decorrências de um fortalecimento do protagonismo internacional de “Eurolândia”. Todas, de um modo geral, caminham no sentido de reforçar as tendências multilateralistas no mundo, em contraposição às aspirações unilateralistas do governo Bush. Entre os inúmeros aspectos que essa questão apresenta serão consideradas, neste breve artigo, apenas dois, particularmente relevantes. No plano mais geral do sistema internacional, a pressão multilateralista de “Eurolândia”, tenderá a criar, na opinião pública ocidental e, certamente, na opinião pública americana, o reconhecimento de que intervenções de um ou mais países em outro ou outros só serão legítimas se aprovadas pelas Nações Unidas e pelo consenso dos países democráticos.

Segundo relevante aspecto decorrente desse multilateralismo será o de fortalecer outras integrações regionais ou sub-regionais, como Mercosul e o Pacto Andino, em detrimento de modalidades criptoimperialistas, como ALCA. Será, inclusive, o de incentivar e acelerar processos de articulação econômica e política entre Mercosul e o Pacto Andino, por um lado, e entre ambos e a UE, por outro lado.

Iniciou-se o governo Bush sob o signo do mais desinibido unilateralismo. A superpotência se propunha a regular o mundo segundo suas próprias regras. Eis que o atentado de 11 de Setembro tornou evidente, para os EUA, o fato de que a contenção de um terrorismo fundado no radicalismo islâmico só seria viável se os países regulados por modalidades moderadas do islamismo se juntassem a esforço de contenção de sua versão hiper-radical. Daí a grande coalizão articulada pelos Estados Unidos. Uma vez, todavia, destruído (mais facilmente do que se pensava) o poder Talibã, os EUA tendem a regressar ao unilateralismo característico da visão Bush do mundo, e ameaçam intervir no Iraque para derrubar Saddam Hussein, numa empreitada que tende a ter outras conseqüências equivalentes.

É ante essa desinibida imposição da vontade da única remanescente superpotência que o fortalecimento do multilateralismo por “Eurolândia” e, desejavelmente, por instituições como Mercosul e o Pacto Andino, a despeito do modesto peso relativo destas últimas instituições, se reveste de grande importância.

A curto prazo, o que está em jogo é algo de bastante sutil. Trata-se, em última

análise, de como a opinião pública americana que, efetivamente controla o governo dos EUA, vai reagir, ante formas unilaterais de intervenção. Se o princípio da legitimidade prevalecer, o que dependerá, decisivamente, da atuação dos europeus e dos latino-americanos, preservar-se-á o fundamental de uma ordem jurídica internacional. Se não, o mundo passará por trâmites extremamente perigosos, conducentes, a curto e médio prazos, precisamente ao contrário do que os EUA buscam, ao incremento do terrorismo internacional.